



## ESTUDO AMBIENTAL SIMPLIFICADO – EAS RODOVIAS

O PREENCHIMENTO DESTA MODELO DEVERÁ SER FEITO EM MEIO DIGITAL. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES, PARA AS QUAIS NÃO FORAM PREVISTOS CAMPOS, PODERÃO SER INSERIDAS NOS CAMPOS OBSERVAÇÕES, AO FIM DE CADA ITEM. MAPAS, PLANTAS, FOTOS, IMAGENS, E OUTROS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DEVERÃO SER APRESENTADOS ANEXOS.

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

NOME/RAZÃO SOCIAL		
LOGRADOURO		
BAIRRO	MUNICÍPIO	CEP
FONE	FAX:	E-MAIL
CNPJ (CGC/MF)		
ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA LOGRADOURO		
BAIRRO	MUNICÍPIO	CEP
CONTATO (NOME)		
FONE PARA CONTATO	FAX	
E-MAIL		
OBSERVAÇÕES		

### 2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME:		
LOGRADOURO		
BAIRRO	MUNICÍPIO:	CEP:
ROTEIRO DE ACESSO AO LOCAL		
JUSTIFICATIVA DO EMPREENDIMENTO Considerar as demandas regional e local.		
OBSERVAÇÕES:		

### 3. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO / ATIVIDADE

EMPREENDIMENTO/ATIVIDADE
ESTUDO DE ALTERNATIVAS Apresentar alternativas locais e tecnológicas para a implantação do empreendimento proposto, com análise comparativa qualitativa e quantitativa dos atributos ambientais afetados para cada alternativa (supressão de vegetação, intervenção em Áreas de Preservação Permanente, interferência no deslocamento da fauna, área objeto de desapropriação ou relocação, número de pessoas afetadas, balanço de volumes de terraplenagem, etc.)
MUNICÍPIOS AFETADOS

COORDENADAS GEOGRÁFICAS	INÍCIO	FINAL
	LAT	LAT
	LONG	LONG
OBJETO DO LICENCIAMENTO, CONSIDERANDO TODOS OS EQUIPAMENTOS E EVENTUAIS AMPLIAÇÕES; (EXTENSÕES)		
IDENTIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS		
SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL		
VOLUME DE MATERIAL RESULTANTE DO CORTE E ATERROS PREVISTOS		
ÁREAS DE APOIO A SEREM UTILIZADAS		
ESTUDO DE TRÁFEGO (APROVADO POR ÓRGÃO COMPETENTE)		
CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO		
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO		
OBSERVAÇÕES		
APRESENTAR:		
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Localização em Carta IBGE 1: 50.000. Quando o município for abrangido por Área de Proteção aos Mananciais (Leis estaduais 898/75 e 1.172/76), a localização deverá ser feita em carta do Sistema Cartográfico Metropolitano – escala 1: 10.000 – EMPLASA.</li> <li>▪ Planta planialtimétrica do projeto do empreendimento – localizar vias de acesso, áreas de apoio, corpos d'água, áreas de várzeas, Áreas de Preservação Permanente (APP), Unidades de Conservação (UC) e uso e ocupação do solo atual da área do empreendimento, e em um raio mínimo de 500 m no seu entorno. A escala mínima da planta planialtimétrica, em base oficial (IGC ou EMPLASA) deverá ser de 1:10.000, com curvas de nível de cinco em cinco metros, e coordenadas geográficas.</li> <li>▪ Os arquivos cartográficos georreferenciados e as tabelas síntese do licenciamento ("caracterização do empreendimento e indicadores de impacto ambiental"). Para o preenchimento das tabelas, verificar as instruções indicadas na página <a href="http://licenciamentoambiental.cetesb.sp.gov.br/tabelas/">http://licenciamentoambiental.cetesb.sp.gov.br/tabelas/</a> e para apresentação dos arquivos cartográficos georreferenciados acessar <a href="http://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/cetesb/documentos/Manual-DD-217-14.pdf.">http://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/cetesb/documentos/Manual-DD-217-14.pdf.</a></li> </ul>		

#### 4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA

<b>MEIO FÍSICO</b>	
BACIA HIDROGRÁFICA	CORPOS D'ÁGUA E RESPECTIVAS CLASSES DE USO
INFORMAR A EXISTÊNCIA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA A JUSANTE PARA FINS NOBRES (ABASTECIMENTO PÚBLICO, DESSEDENTAÇÃO DE ANIMAIS E IRRIGAÇÃO);	
RELEVO DA ÁREA	DECLIVIDADE DA ÁREA
PRESENÇA DE TERRENOS ALAGADIÇOS OU SUJEITOS A INUNDAÇÃO	
PROCESSOS DE DINÂMICA SUPERFICIAL INSTALADOS	
SUSCETIBILIDADE DO TERRENO A PROCESSOS FÍSICOS DE DINÂMICA SUPERFICIAL (EROSÃO, ESCORREGAMENTO DE TALUDES/ENCOSTAS, QUEDAS DE BLOCOS, ETC)	
OBSERVAÇÕES	

<b>5. MEIO BIÓTICO</b>
IDENTIFICAR E CLASSIFICAR AS ÁREAS DE COBERTURA VEGETAL E INDIVÍDUOS ARBÓREOS ISOLADOS VEGETAÇÃO NATIVA (HA): VEGETAÇÃO EXÓTICA (HA): INDIVÍDUOS ARBÓREOS ISOLADOS ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO E ENDÊMICAS:
DELIMITAÇÃO DE ÁREAS DE VÁRZEA E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – APP, DE ACORDO COM A LEI FEDERAL 12.651/2012
CARACTERIZAÇÃO DA FAUNA ASSOCIADA, RESSALTANDO A EXISTÊNCIA DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO E ENDÊMICAS / OBSERVAR A DECISÃO DA DIRETORIA DA CETESB Nº167/2015/C PARA ELABORAÇÃO DE LAUDO DE FAUNA
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ZONAS DE AMORTECIMENTO (FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL)
OUTRAS ÁREAS PROTEGIDAS Informar, entre outras, sobre a existência de: - Áreas verdes e áreas institucionais averbadas, a serem afetadas pela implantação do empreendimento, observando as restrições do art. 180 da Constituição Estadual; - Áreas de reserva legal; - Áreas de Proteção aos Mananciais – APM's e Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais – APRM's.
<b>6. MEIO SOCIOECONÔMICO</b>
USO DO SOLO A PARTIR DE LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFÉTRICO E/OU IMAGENS DE SATÉLITE EM ESCALA ADEQUADA
INFRAESTRUTURA EXISTENTE E EQUIPAMENTOS URBANOS
CAPACIDADE DO SISTEMA VIÁRIO
- APRESENTAR LAUDO DE ARQUEOLOGIA PREVENTIVA INDICANDO SE HÁ INDÍCIOS DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS, PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS OU ARTÍSTICOS E ÁREAS TOMBADAS NA ESFERA FEDERAL NA ÁREA AFETADA. - APRESENTAR MANIFESTAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, EM ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2015 DO IPHAN. - INFORMAR SOBRE A PRESENÇA DE BENS TOMBADOS NAS ESFERAS ESTADUAL OU MUNICIPAL NA ÁREA AFETADA, CONSIDERANDO AINDA SUAS ÁREAS ENVOLTÓRIAS E BENS EM PROCESSO DE TOMBAMENTO. EM CASO POSITIVO, APRESENTAR A MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO TOMBAMENTO. - INFORMAR SOBRE A PRESENÇA DE SÍTIOS PALEONTOLÓGICOS, ESPELEOLÓGICOS, ÁREAS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS OU COMUNIDADES TRADICIONAIS NO ENTORNO DO EMPREENDIMENTO.
NÍVEIS ATUAIS DE RUÍDO (IDENTIFICAÇÃO DA PRESENÇA DE RECEPTORES SENSÍVEIS) Realizar medições prévias de níveis de ruído em pontos onde haja receptores críticos, a serem determinados na AID em conjunto com os técnicos do Setor de Avaliação Ambiental de Ruídos e Vibrações da CETESB, conforme as Decisões de Diretoria CETESB nº 100/2009/P de 19/05/09 e nº 389/2010/P de 24/12/10.
PESQUISA DE PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO, INCLUINDO OS MORADORES DA ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (ADA), BASEANDO-SE EM LEVANTAMENTOS PRIMÁRIOS COM ENTREVISTAS, CONSIDERANDO AS CONDIÇÕES DE VIDA E AMBIENTAIS DA REGIÃO, COM O OBJETIVO DE LEVANTAR: <ul style="list-style-type: none"> <li>• O NÍVEL DE INFORMAÇÃO SOBRE A INTERVENÇÃO PROPOSTA;</li> <li>• OS PRINCIPAIS E MAIS SIGNIFICATIVOS PROBLEMAS QUE O EMPREENDIMENTO PODERÁ ACARREAR;</li> <li>• QUAL O NÍVEL DE ADESAO/REJEIÇÃO À INTERVENÇÃO PROPOSTA.</li> </ul>
OBSERVAÇÕES:

## 7. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Apresentar a metodologia de avaliação de impactos ambientais utilizadas no estudo ambiental simplificado. Deverá constar nessa avaliação a abordagem dos parâmetros: magnitude, intensidade, significância, abrangência e temporalidade.

Para cada impacto ambiental identificado, deverão ser propostas as respectivas medidas mitigadoras e /ou potencializadoras.

O empreendedor deverá analisar minimamente os seguintes impactos, devendo-se considerar, entretanto, a tipologia do empreendimento e a fragilidade do meio de inserção para definição dos impactos previstos:

IMPACTOS	MEDIDAS MITIGADORAS
<b>MEIO FÍSICO</b>	
DESENCADEAMENTO/ INTENSIFICAÇÃO DE PROCESSOS FÍSICOS DE DINÂMICA SUPERFICIAL (identificação de pontos críticos)	
INTERFERÊNCIA NOS RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS E SUBSUPERFICIAIS	
ALTERAÇÃO NO REGIME HÍDRICO	
INTERFERÊNCIAS EM ÁREAS CONTAMINADAS E POTENCIALMENTE CONTAMINADAS	
OUTROS	
<b>MEIO BIÓTICO</b>	
SUPRESSÃO DE COBERTURA VEGETAL  FRAGMENTAÇÃO DE MACIÇOS FLORESTAIS.  ISOLAMENTO DE MACIÇOS FLORESTAIS.  PERDA OU SUPRESSÃO DE ESPÉCIES VEGETAIS EM EXTINÇÃO  SUPRESSÃO DE INDIVÍDUOS ÁRBÓREOS ISOLADOS	
INTERFERÊNCIA EM VÁRZEAS E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE	
PERDA DE HABITATS PARA A FAUNA	
AFUGENTAMENTO DE FAUNA	
INTERFERÊNCIA NOS HÁBITOS DA COMUNIDADE FAUNÍSTICA	
OUTROS	
<b>MEIO SOCIOECONÔMICO</b>	
INTERFERÊNCIA SOBRE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS URBANOS	
INTERFERÊNCIA NO SISTEMA VIÁRIO EXISTENTE: ADEQUAÇÃO DO ACESSO VIÁRIO AO EMPREENDIMENTO E AVALIAÇÃO DA INTENSIFICAÇÃO DO TRÁFEGO	
CONFLITO DE USO DO SOLO	
ALTERAÇÃO NOS NÍVEIS DE RUÍDO	
INDUÇÃO À OCUPAÇÃO URBANA E ATRAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES MODIFICADORAS DO USO DO SOLO	
RELOCAÇÃO DE POPULAÇÃO QUANTIFICAR DESAPROPRIAÇÕES E RELOCAÇÕES	

ALTERAÇÃO DO RISCO DE ACIDENTES E ATROPELAMENTOS	
OUTROS	

#### 8. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO ESTUDO

NOME		CPF
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	Nº NO CONSELHO DE CLASSE	REGIÃO
LOGRADOURO	BAIRRO	
MUNICÍPIO	CEP	FONE (DDD – Nº)
ASSUMO SOB AS PENAS DA LEI QUE AS INFORMAÇÕES PRESTADAS SÃO VERDADEIRAS		
LOCAL E DATA	ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	

#### 9. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

- Atendimento à Decisão de Diretoria da CETESB nº 247/2017/I, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 28/08/2017;
- ART – Anotação de Responsabilidade Técnica do responsável pelo estudo;
- Atendimento à Decisão de Diretoria da CETESB nº 69/2016/P, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14/04/2016;
- Certidão da Prefeitura Municipal comprovando a adequação do empreendimento às normas municipais de uso e ocupação do solo, com data atual, em atendimento ao artigo 10 da Resolução CONAMA nº 237/97 e à Resolução SMA 22/09;
- Documento da Prefeitura Municipal declarando sua posição quanto à questão ambiental do empreendimento, ou sua impossibilidade técnica para efetivar o licenciamento ambiental, em atendimento ao artigo 5º da Resolução CONAMA nº 237/97 e à Resolução SMA 22/09;
- Comprovação de titularidade de domínio ou posse regular, ou concessão de direito a favor do interessado e outorgada pelo proprietário ou possuidor, quando o empreendimento a ser licenciado for de interesse exclusivo ou predominante de particulares. Nos casos em que o empreendimento for de interesse público, deverá ser apresentado o respectivo Decreto de Utilidade Pública;
- Documentação fotográfica;
- Atendimento à Instrução Normativa nº 01/2015, do IPHAN;
- Outros específicos para a atividade;
- Referências Bibliográficas.